

A violência do olvido e os usos políticos do passado: lugares de memória, tempo liminar e drama social¹

Paula Godinho

(...)

Yo he sentido mucho
tal vez como nadie,
esta deshora muerta,
estos muertos inquietos,
no más com el badajo de las balas,
abrazados a mí,
com la última palabra
en la boca,
esa gramínea,
esa zerza,
ese hueso de saúco.

(...)

Manuel Rivas

1 - Este texto resulta da continuada reflexão levada a cabo com duas equipas de pesquisa, no âmbito do projecto *Cooperación Transfronteriza y (des)fronterización: actores y discursos geopolíticos transnacionales en la frontera hispano-portuguesa*, coordenado por Heriberto Cairo Carou, na Universidade Complutense de Madrid, que conta com colegas de várias universidades espanholas e portuguesas, e que decorre entre 2013 e 2016, financiado pelo Plan Nacional de I+D+I del Ministerio de Educación y Ciencia de España; a do projecto *“Estado e memória: políticas públicas da memória da ditadura portuguesa (1974-2009)”*, com colegas de vários países europeus, coordenado por Manuel Loff (FLUP), financiado pela FCT, e iniciado a 1.4.2012 (PTDC/HIS-HIS/121001/2010).

1. Drama social e usos do passado

Debra Dean é a autora de um romance, intitulado em português *As madonas de Leninegrado* (2006). Na primeira parte da novela, a figura central, guia no Hermitage, encontra-se em Leninegrado durante o longo cerco por parte do exército nazi à cidade, em 1941, que duraria três anos. Perante o perigo que representa o invasor, as obras de arte são retiradas, desencaixilhadas, enroladas e conduzidas para lugar desconhecido, em segurança. Durante o assédio à cidade, face à situação de fome avassaladora e inexistência de medicamentos, os guias do Hermitage dedicam-se a um comovedor exercício de memória, continuando a mostrar o lugar vazio dos quadros às crianças e aos habitantes que permanecem na cidade sitiada. Em frente da marca deixada nas paredes por cada pintura retirada, num uso de memória pujante e magnífico perante os que se encontram atormentados por privações extremas, a morrer de inanição, de frio, de enfermidades várias, os guias ensaiam com grande nitidez e fulgor falar do que estava ali antes. Com o seu entusiasmo, desencadeiam perguntas por parte das crianças famintas ou doentes, solicitando mais pormenores do que se lhes está a *fazer ver*. A memória, nesta conjuntura de cerco e fome, é apresentada pela autora como um exercício de resistência, numa circunstância em que o olvido seria a derrota certa e imediata. Na segunda parte da obra que decorre na atualidade, a mesma guia que com tanto empenhamento, numa condição de hiper-realismo, descrevera as obras de arte na ausência delas, permitindo que outros as vissem, está muito velha. Vive nos Estados Unidos da América, padece da doença de Alzheimer e o queijo Gruyère em que se transformou a sua memória pouco retém. O mais quotidianamente indispensável começa a escapar-lhe e outros terão de a cuidar para que o essencial não lhe falte. É emblemática a sua fuga, perdida num passado que já não serve, inútil nas atuais condições. O tempo que lhe resta, sem memória ou com ela retida num período e num lugar sem préstimo, exige que tudo à volta tenha de ser descoberto, mapeado, reconhecido – e essa é uma impossibilidade. A memória que serviu para salvar, que deu forças e identidade num momento em que a sobrevivência estava em jogo – um instante de *drama social* (Turner, 1975) – serve para repensar a sua importância crucial, mas também a sua vanidade fora de um espaço, de um grupo e das condições em que seria atível.

A ficção, como as vacas de Lévi-Strauss, é boa para pensar. Este preâmbulo serve-me para interrogar a linha que conduz da memória, à

reflexão e à ação, reportando a um tempo de grande intensidade na vida individual e coletiva, a guerra civil de Espanha e a *longa paz incivil* (Casanova, 2002:X) que se seguiu pelos anos do franquismo, numa liminaridade que não lograva um novo lugar, quer para os mortos por reconhecer, enterrados em valas comuns, quer para os vivos que continuavam sem direito aos seus, à dignidade e à memória. A recente recuperação pelos vivos dos mortos resgatados e identificados das valas comuns, em todo o Estado espanhol veio fazer falar os mortos pela voz dos vivos, trazendo à luz as características pactuadas do processo de transição para a democracia, que assentou numa invisibilização continuada dos vencidos, numa memória dorida e domesticada, num drama vivido pelas famílias que sofreram a repressão.

Numa ampliação das fases dos ritos de passagem, autonomizando o momento liminar, Victor Turner considera o drama social como uma sequência objetivamente isolável, de tipo agonístico, conflitual ou competitivo, que é estruturado num conjunto de fases (Turner, 1987). Uma primeira, de *quebra* das regras das relações sociais, é pautada pela infração das leis comuns, sobre as quais assentam as relações entre as pessoas, desorganizando a vida que tinham. Uma segunda, de *crise*, conduz os seres humanos a optarem por um lado ou outro – ou mesmo a serem induzidos, seduzidos ou maltratados no sentido de tomarem posição entre o que se confronta. A *crise* é *contagiosa*, considerava Durkheim (cit. Turner, 1987:34), com características liminares, entre fases mais ou menos harmónicas e estáveis dos processos sociais. Segundo Reinhart Koselleck, a palavra provém do verbo grego *krino*, separar, escolher, ajuizar, decidir, medir-se, lutar, combater, de que resultou grande variedade de significados. Em grego era um conceito central da política. Significava luta, mas também decisão (que pertence ao domínio da crítica), no sentido da ordenação de uma comunidade cívica (Koselleck, 1969:242). A *crise* cinde, introduz uma fenda e obriga a tomar partido, a ficar de um lado, antecedendo uma terceira fase, que consiste na *aplicação de procedimentos de recuperação*, que constituem a fase mais reflexiva do drama social. Por fim, a *reintegração* do grupo social perturbado, com o reconhecimento e legitimação do cisma irreparável entre as partes que contendem. Um momento liminar, como a guerra civil espanhola, que alterou tantas vidas, por características particulares inerentes ao processo político espanhol – longa ditadura (1936-1975) e transição pactuada, que impediu o confronto dos campos políticos e que tornou irrecuperável a memória dos vencidos (Godinho, 2011) – prolongou o momento de crise, atrasando

a desprivatização de memórias. Esta longa liminaridade provocada pela guerra, como *facto anti-social total*, viria a ter vários momentos de remate, encerrando esse longo intervalo no tempo, que estabeleceu uma fronteira entre um *antes* e um *depois* na vida individual e comum.

A memória coletiva é o resultado de uma dialética entre o passado e o presente, ajustando-se às sucessivas e distintas configurações que resultam das alterações sociais, políticas, económicas (Halbwachs, 1950). É conservada pelos grupos, estando associada a determinados *quadros sociais* (Halbwachs, 1925) e sempre construída a partir do presente. Já a *memória social* – sobreposta às várias memórias coletivas, e que é mais do que a soma destas, pois pressupõe um exercício de poder – permite uma leitura das versões hegemónicas, que diluem, silenciam ou interditam as versões dos grupos vencidos sob os consensos dominantes. Por razões diversas, há grupos melhor posicionados para imporem a sua versão e construir uma memória social, que passa à história, ensinada e aprendida, divulgada pelos media, tornada corrente e naturalizada. Porém, em instantes determinados e em função de conjunturas sociais e políticas que a tornam possível, irrompem «revoltas da memória» (Loff, 2000). Há várias condições que podem desencadear essas revoltas da memória: uma revelação por parte de um investigador, um momento político propício, um ataque que vá demasiado longe relativamente à memória comum dos vivos, ou um formato de comemoração que aproveite uma data. As reificações em torno do passado político conflitual, consensualizando-o e tornando-o um objeto de consumo potável, estilizado, neutralizado e rentabilizado, enquadram um tempo em que a memória se tornou a religião civil do mundo ocidental (Traverso, 2005:12). Negociada e posteriormente patrimonializada, essa memória torna-se inofensiva e não abre caminho à esperança.

Indago três momentos de evocação de passados tremendos, associados à aposição de placas comemorativas que, através de um material perene – a pedra – pretendem deixar constância de acontecimentos dramáticos e de vidas interrompidas. A palavra «acontecimento» deriva do latim *contingere*. No dicionário de Raphael Bluteau, é o que sucede, o acaso, o fim; é o êxito de alguma coisa empreendida com conselho. Já no dicionário de Bancelar, de 1783, uma «peripécia» constitui uma mudança súbita e imprevista da boa ou má fortuna, em outra contrária; é um remate, o desfecho de algo. Entre o que acontece aos grupos humanos, e os imprevistos com que têm de se haver, há um ponto intermédio, de ação. As mulheres e os homens não são só as vítimas ou os atores que representam um papel definido *a priori* ou

que vão adequando às peripécias, ao incontável. São também agentes da história, não controlável pelos próprios mas de cuja ação também depende o curso das existências. Pretendo interrogar os usos públicos do passado a partir de situações que contrariam na pedra de lápides, os silêncios e omissões continuadas e que não são consensuais: (1) a placa colocada em Dezembro de 1996 na aldeia transmontana de Cambedo da Raia; (2) a homenagem que teve lugar em duas fases, uma em 13 e 14 de Abril, em Ourense, outra no dia 12 de Maio de 2012 em Monção, com inauguração de um monumento às vítimas portuguesas do franquismo na Galiza, cujo nome fora apurado até então; (3) o descerramento de uma placa de homenagem a três trabalhadores portugueses que construíam o caminho-de-ferro entre Zamora e Ourense, levados de *paseo* – a expressão aparentemente simpática que acobertava todas as aleivosias e crimes – em 20 de Agosto de 1936, e que ocorreu no dia 23 de Junho de 2012.

A inscrição em pedra, num local público, de um acontecimento trágico que foi banido da recordação social, obsta à amnésia desse instante. Se a raiz de *amnésia* e *amnistia* é única, pelo ato público em que se faz uma evocação, nega-se o esquecimento e também a expiação pelo que se afigura irremissível. Em países com longas ditaduras ou guerras civis, os processos de reconciliação envolvem a recuperação da versão dos vencidos, obstando às *memórias paraplégicas* (Castro, 2012:129), que não permitem que uma parte da sociedade se sinta refletida. Estas resultam de tentativas de hegemonização memorial, que omitem um conjunto significativo dos grupos que constituem uma sociedade, evidenciando-se sobretudo acerca de momentos de rotura social.

Beatriz Sarlo, parafraseando Susan Sontag, considera que talvez se atribua demasiado valor à memória e um valor insuficiente ao pensamento, reiterando que *é mais importante entender que recordar, ainda que para entender seja necessário recordar* (Sarlo, 2005:26), tradução minha). Pierre Nora (1986) chamava a atenção para a construção de *lugares de memória* quando o envolvimento social fazia perigar o conhecimento do passado, o seu carácter de exemplo que permite a continuidade, a inscrição de determinados eventos. Sem os *meios de memória*, indiferentemente materiais e imateriais, as pessoas e as suas vidas passariam a ser imagens instantâneas, fantasmáticas. Encontrar os trilhos num tempo sem memória pode trazer consigo a volúpia dos instantes em que tudo está a ser vivido pela primeira vez, sem hábitos nem repetições, num percurso de descoberta em que, numa paráfrase de Sophia de Mello Breyner, se navega sem o

mapa que se faz. Mas um mundo sem memória remete exclusivamente para o presente, para este avassalador presente contínuo em que o futuro parece adiado. Muitos habitam-se – e, por razões particulares ou de grupo, até preferem – viver num mundo de esquecimento, abandonando o passado. Salvo numa sociedade imaginada que bana o passado, que dele aparentemente não necessita para a sua reprodução, a maioria de nós teria grande dificuldade se quisesse encontrar os seus trilhos sem recordar.

Os três momentos, que inscrevem em pedra, num determinado espaço, a memória de eventos, conseguindo um grau de reconhecimento grupal e institucional para um conjunto de factos, partem de *memórias fracas* – ou seja, escondidas, privatizadas, proibidas e ultrajadas por construções dominantes. A diferença entre *memórias fracas* e fortes, segundo Enzo Traverso, remete as primeiras para grupos restritos, universalizando as segundas, que têm uma relação privilegiada com a escrita da História (Traverso, 2005:56). Quanto mais forte é uma memória, tanto mais fácil é vertê-la na História. Esta força das memórias está associada ao seu carácter hegemónico, ou seja, aos consensos obtidos pelos grupos dominantes numa dada sociedade e que se projetam no olhar sobre o passado para justificar um dado presente – e a sua inevitabilidade. Mais, as *memórias fracas* são as das *causas perdidas* (Said, 2013:481), frequentemente marcadas pela ucrónia, pelo tempo que poderia ter sido. Estão associadas aos grupos dominados, aos vencidos, às minorias. Em qualquer das situações abordadas emerge o espaço-tempo da fronteira e o *tempo-intervalo* (Agiar, 2013:49) do drama vivido, que demanda a reordenação da sociedade. A partir de Victor Turner, cujos estudos sobre rituais acentuam a fase liminar, autonomizando-a, considera-se que os rituais são performances transformativas que reavaliam as classificações, categorias e contradições do processo social (Turner, 1987:75). Na fronteira entre Portugal e Espanha, estes rituais de agregação dos mortos fazem-se por causa dos vivos, que não aceitam que os mortos que consideram seus sejam assuntos passados, acidentais ou cuja memória é inconveniente, por incomodar os vencedores.

Araia entre Portugal e Espanha sofreu longamente a drenagem produzida por movimentos de atração exercidos pelos centros, que a esvaziaram. Consideradas periferias da perspectiva desses centros, foram todavia meios relacionais nos quais os limites nacionais constituíram um recurso acrescido nas práticas locais. Na linha confinante entre o norte de Portugal e a Galiza, a história, a língua e as sociabilidades locais dão luz a uma realidade que se desdobrou no tempo, com a coexistência entre as populações locais a

alternar entre o contencioso e a cooperação, além ou contra as normas e a alçada dos Estados. As populações que aí residem integraram longamente redes informais concorrentes com o campo estatal, mesclando identidades contraditórias nos modos de vida locais assinalados de um e de outro lado.

A antropóloga não está de fora dos eventos, porque não pode estar fora do mundo e das realidades que lhe foram descritas. Ao longo de mais de duas décadas de trabalho na fronteira entre Portugal e a Galiza, os relatos do passado entrelaçaram-se num projeto que era inicialmente distinto. Tratava-se de um passado pegajoso, que não deixava prosseguir as vidas, silenciado, lacrado e privatizado. Os relatos do horror, as memórias traumáticas dos entrevistados, as cicatrizes no corpo e na alma, o medo continuado, colado à pele, o receio de represálias se contassem o que haviam vivido e/ou presenciado foram uma constante nas primeiras fases do trabalho de terreno, primeiro do lado português da fronteira, depois do lado galego. Estive presente na inauguração das três placas evocativas, mas não fui só observadora. Foi com base sobretudo no meu trabalho que um grupo de pessoas conheceram os dramáticos acontecimentos de 1946 na aldeia de Cambedo e aí resolveram por uma placa em 1996. Em 2012, participei igualmente na homenagem feita aos portugueses mortos durante a guerra civil na Galiza, no evento que decorreu em Ourense, no seu desdobramento em Monção, e num terceiro momento, com a inauguração de uma lápide entre as aldeias de Campobeceros e Portocamba, no concelho galego de Castrelo do Val. Li um texto escrito expressamente para dois desses momentos e integrei a comissão que procedeu à homenagem em Monção e na Galiza.

2. Cambedo da Raia: a memória fraca e o longo silêncio

Cambedo da Raia, que acopla no nome a sua posição fronteiriça, localiza-se no norte do concelho de Chaves. «Da Raia» é um exónimo, pois os vizinhos não precisam desse preciosismo com que os designaram. A fronteira é ali uma realidade da vida: a aldeia foi mista, cortada pela linha delimitadora na zona da igreja, até ao tratado de Limites de 1864 entre Portugal e Espanha (Godinho, 2011; 2013). Como muitas outras aldeias, constituiu uma zona de refúgio dos que fugiam da guerra civil, logo após o início do terror, em 1936 (Godinho, 2004; 2011). Durante o trabalho de campo que aí realizei, de modo inusitado, foi-me referida a «guerra do

Cambedo». Através de relatos locais, da consulta de jornais do norte de Portugal e, sobretudo de documentos que se encontram no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, reconstitui os acontecimentos de Dezembro de 1946, com funestos resultados diretos em mais de 1/3 das famílias locais e com reflexos continuados na vida coletiva².

Após o golpe franquista de 18 de Julho 1936 e do aval que lhe foi dado, dias depois, pelos generais galegos, seguiu-se na Galiza um período de perseguições, que não teve na fronteira um muro, mas uma área porosa, que permitiu escapar. Como demonstra Manuel Loff em “*O nosso século é fascista!*”, era evidente o conluio entre os ditadores ibéricos (Loff, 2008), que não obsta a uma diferente situação nas zonas de refúgio (Scott, 2009) que constituíam as aldeias de fronteira. Relações familiares, de vizinhança, de trabalho conjunto, de contrabando e também de afinidade política, permitiram aos que fugiam do horror repressivo a permanência nesse espaço liminar, que caracteriza os que estão fora de lugar, que suspende o tempo e o seu lugar intersticial, produzindo um corte com o mundo social ordinário (Agier, 2013:50). Em alguns locais, através de redes montadas pelos círculos oposicionistas portugueses à ditadura, os fugitivos eram encaminhados para o Porto e para Lisboa, de onde partiam para outras paragens. Porém, alguns permaneceram na zona de fronteira, porque o futuro não se adivinha e o franquismo poderia ser derrubado, sobretudo pelas democracias ocidentais, no final da 2ª Guerra Mundial e da derrota do nazi-fascismo. No ínterim, organizaram-se grupos de guerrilheiros, inicialmente desarticulados, mas a partir de 1942 já coordenados através da Federación de Guerrillas de Galicia-León.

Em 1946, depois de um conjunto de acontecimentos já referidos noutros textos (Godinho, 2004; 2011), uma das aldeias portuguesas mais causticadas pela repressão por ter acolhido refugiados/guerrilheiros, foi Cambedo da Raia. O cerco e bombardeamento com morteiros, os mortos, feridos e detidos pela polícia política, deixaram um profundo trauma local³. Este acontecimento da vida da aldeia, a partir do qual ela não voltaria a ser igual, foi lacrado por um silêncio pesado, duro, de condenação, que se prolongou por décadas. Quando, em 1987, fui para ali fazer trabalho de campo, em Chaves tentaram dissuadir-

2 - Há 63 presos e indiciados no processo da PIDE nº 917/46, 8 dos quais galegos. 55 são portugueses, 18 dos quais de Cambedo da Raia.

3 - No cerco a Cambedo da Raia, em 22 de Dezembro de 1946, as autoridades haviam recorrido a uma panóplia de forças: Guarda Nacional Republicana de Alijó, Chaves, Meão, São Frio, Poiares, Santa Marta de Penaguião, Pinhão, Poiares, Régua e Porto; soldados da secção de morteiros de Caçadores 10, de Chaves, agentes da PIDE e carabinheiros.

me. A aldeia não tinha estrada – estava em construção – e alegavam-me que os vizinhos eram suspeitos de atos condenáveis, que iam do contrabando ao acolhimento de criminosos. As ditaduras tinham perpetuado o seu labor de construção de opróbrio sobre uma comunidade, prolongando-se no tempo, mesmo nas jovens democracias ibéricas. Os acontecimentos haviam sido remetidos para o domínio do delito comum – os *maquis* eram ladrões, *atracadores*, criminosos -, embora os processos que consultei tivessem sido instaurados pela PIDE, os réus fossem julgados no Tribunal Militar do Porto e alguns tivessem cumprido pena no campo de concentração do Tarrafal. A denegação do carácter político deste assunto, legível nos jornais censurados da época, integraria a memória hegemónica, tendo permanecido privatizada a dos que sofreram duradouramente⁴. As ditaduras ibéricas foram bem-sucedidas nesta continuidade do medo e no prolongamento de uma reputação em relação aos vizinhos de Cambedo que ia além dos apodos que a etnografia comumente regista entre lugares. Era uma imagem construída de cima e de fora, com a chancela de quem detém o poder e impõe a sua versão⁵.

Em 1996, depois de cinquenta anos volvidos, um grupo de professores, escritores, poetas, artistas plásticos, cineastas, sindicalistas, membros de partidos da esquerda galega, participou num ato de inauguração de uma placa paga por subscrição pública, no centro da aldeia, depois de consultados os habitantes. Diz «*En lembranza do voso sufrimento – 1946-1996*» (Foto 1). No dia 22 de Dezembro de 1996, uma pequena multidão de galegos e portugueses dirigiu-se à aldeia, leu-se poesia, descerrou-se a placa. Os vizinhos levantaram-se mais cedo, e, apesar da chuva que caía copiosamente, dispuseram mesas num local abrigado, com pão acabado de cozer, presunto feito pelos vizinhos, e vinho. Acolheram estes estranhos que ali vinham porque

4 - No *Jornal de Notícias* de vários dias dessa semana de Dezembro de 1946, os guerrilheiros anti-franquistas são “bandoleiros espanhóis”; no *Correio do Minho*, “alguns criminosos” ou “bandoleiros” que integram uma “quadilha”, provocando o pânico entre os habitantes do Cambedo. O *Conteúdo do Porto*, denomina-os “bando de civis armados” numa primeira notícia e, no dia seguinte, “malfeitores de uma quadilha”; mais tarde, serão “meliantes”. Referindo-se à condição de “sitiados” em que se encontravam os elementos do “grupo de Juan”, o *Primeiro de Janeiro* refere os “criminosos” de um “bando armado”.

5 - Como nota Enzo Traverso, há memórias fortes e fracas. As primeiras são as memórias oficiais, apoiadas pelos Estados, difundidas na escola. As segundas, são memórias subterrâneas, escondidas, interditas. A visibilidade das memórias depende daqueles a que pertencem, fracos ou fortes. Muitas permaneceram na clandestinidade e perpetuam-se como recordação de vencidos, estigmatizados, ou mesmo criminalizados pelo discurso dominante (Traverso, 2005:54). Assim sucedeu quanto aos acontecimentos em Cambedo

achavam que lhes deviam muito e que a história local tinha de ser reescrita. Cambedo da Raia não era uma aldeia de gente «perigosa», que acolhia bandidos, ladrões, criminosos, como desde os anos '40 os sequeazes do salazarismo instalados em Chaves haviam feito correr. Lembrava-se o seu martírio, com essa homenagem em pedra, resgatando-se em público a auto-estima de uma povoação vilipendiada, cujos vizinhos tiveram de longamente privatizar a memória de eventos que lhes mudaram as vidas. A placa lá continua, sempre muito cuidada pelos vizinhos, no centro da aldeia que foi filmada várias vezes a partir de então e sobre a qual foram feitas reportagens em órgãos de comunicação de Espanha e de Portugal e visitada por gente, sobretudo da Galiza. Ainda hoje não é consensual, com alguns membros da elite flaviense de direita – embora sem força para elaborar sobre o assunto – a continuarem a referir que não se tratava de «guerrilheiros» mas de «atracadores»⁶.



Foto 1. Placa inaugurada em Dezembro de 1996 em Cambedo da Raia, Chaves.

Em Abril de 2004, a *Asociación de Amigos da República*, localizada em

Ourense, que reúne um grupo com múltiplas iniciativas, sobretudo em torno da memória da guerra civil e da repressão, promoveria uma homenagem aos vizinhos de Cambedo da Raia, com o lançamento de um livro, em que colaborei e uma ceia com cerca de 500 participantes, três dezenas dos quais idosos de Cambedo. Foram estreados dois filmes sobre o assunto e realizou-se um ato público com várias intervenções e a recitação de poemas. Durante a ceia, iniciada com o *Himno de Riego* tocado por dois violinistas e cantado por toda a assistência, cerca de 20 vizinhos de Cambedo da Raia receberam um pequeno objeto em prata com as cores da bandeira da República Espanhola - amarelo, vermelho e roxo - e ouviram *Grândola, Vila Morena*, emblemático hino do 25 de Abril de 1974, ser entoado por toda a assistência.

3. Uma homenagem em Ourense e Monção

Numa obra saída no final de 2013, *Emigrantes, exilados e perseguidos – A comunidade portuguesa na Galiza (1890-1940)*, Dionísio Pereira demonstra quão continuada foi a circulação de trabalhadores entre o norte de Portugal e a Galiza. Os portugueses que se deslocavam para o outro lado da fronteira conseguiam um elevado grau de integração laboral e social, inicialmente numa Galiza mais rural – como pedreiros, serradores, jornaleiros, caseiros, criados de servir. No contexto urbano, porque as cidades galegas iam ganhando vitalidade, as portuguesas eram criadas de servir e costureiras. Os homens trabalhavam também nas minas de estanho e volfrâmio, sendo fundamentais na construção dos caminhos-de-ferro.

A medida que partiam galegos para a diáspora da América do Sul, acorriam portugueses para ocupar os seus lugares na produção. Nos momentos iniciais do processo migratório, mercê da fragilidade dos seus laços sociais no contexto de acolhimento, foram usados como fura-greves pelos patrões, para descer salários e baixar o moral dos restantes trabalhadores. Contudo, a progressiva consciencialização e inserção local dos migrantes portugueses levaria à constituição de organismos como a Unión Galaico-Portuguesa, em 1901 (de curta duração) e à integração nos sindicatos locais. Os contactos e as continuidades de classe além da fronteira são evidenciados numa luta de solidariedade com os assalariados rurais portugueses massacrados em 2012 em Évora, durante a greve geral (Pereira, 2013:56). A retração do mercado de trabalho devido à crise de 1929 viria a ter reflexos significativos no emprego e na atitude dos sindicatos

6 - É um assunto recorrente: os resistentes foram com frequência criminalizados, o que nos permite uma aprendizagem na atualidade, relativamente à judicialização dos próprios movimentos sociais.

galegos quanto aos trabalhadores estrangeiros, reivindicando emprego prioritário para os nacionais, com posturas que evitavam a contratação de gente de fora e com entraves à circulação de mão-de-obra estrangeira. A «Lei de vagos e meliantes» de 1933 permitia a expulsão para Portugal de todos os que fossem considerados indesejáveis.

Nestas condições, não surpreende que 360 dos mais de 2600 expedientes de processos judiciais e muitas das mais de 400000 páginas analisadas no âmbito do projeto galego «Nomes e Voces», que pretendia resgatar os anos de chumbo que se seguiram a 1936, tenham nomes e histórias de portugueses, que foram alvo de represálias após o golpe franquista. Tal não sucedia por serem portugueses, mas por serem comunistas, socialistas, libertários, gente que tinha escolhido o seu lado num tempo em que pela frente estava o fascismo. Eram antifascistas⁷.

Francisco Domingues Quintas era um talhante de 46 anos, casado, que nascera em Grijó, no concelho de Vila Nova de Gaia, e vivia em Ferrol aquando do golpe de Julho de 1936. Terá sido preso após o Alzamiento, devido às suas simpatias socialistas e libertárias. Com os seus dois filhos, Patrício, solteiro, de 23 anos, anarquista, e Domingos, solteiro, de 22 anos, comunista, viria a ser deportado em 28 de Agosto para Valença, “por ter tomado parte activa no movimento revolucionário comunista” (Pereira, 2013:236). Ali detidos em 30 de Agosto, seguiriam para o Tarrafal em 18 de Outubro de 1936, com os primeiros 152 condenados que foram inaugurar a Colónia Penal de Cabo Verde. Francisco haveria de morrer em 22 de Setembro de 1937 no Tarrafal: “os três membros da família Domingues foram transferidos nesse mesmo dia [30 de Agosto de 1936] para a prisão daquela localidade minhoto; uma semana depois todos eles estavam na Delegação da PVDE do Porto, onde passaram quase seis semanas que supomos infernais.” (Pereira, 2013:125). Os filhos recusaram o indulto concedido em meados de 1939, acabando por ser amnistiados mais tarde (Pereira, 2013:125). Porém, voltariam a ser presos pela PVDE no Porto e reenviados para o Tarrafal, de onde regressariam só em Outubro de 1945.

Manuel Prudêncio do Rosário, conhecido por «Manuel da Lucinda» tinha 33 anos e nascera em Pernes, no concelho de Santarém. Este jornalista, inscrito num sindicato da UGT, vivia com a mulher e 7 filhos em Castelo-Chaim, no concelho pontevedrino de Gondomar. Viria a ser assassinado pela Guardia Civil no Carrascal – San Xán, n’ O Rosal, no dia 11 de Fevereiro de

1937. Está enterrado na vala comum do cemitério de San Xán. A sua mulher, Lucinda Penedo, não escaparia aos vexames públicos tristemente habituais nesse tempo: os falangistas cortar-lhe-iam em público o cabelo, assinalando-a e humilhando-a desse modo. O cônsul português solicitou à Guardia Civil a abertura de uma investigação (Pereira, 2012:262), de que nada se sabe.

José Adão Ribas tinha nascido em Vizela, filho de pais galegos que para ali tinham emigrado nestas deslocções dos pobres em busca de uma vida melhor. Trabalhava num quiosque e era também vendedor ambulante. Residiu em lugares variados da província de Pontevedra durante os anos da República e era um simpaticante anarquista, tal como a sua companheira, a costureira Isolina Celeste Sousa e Castro. Dirigiu o Sindicato de Vendedores Ambulantes, da CNT, a central sindical anarquista e seria perseguido logo após o 18 de Julho de 1936. Reentrou em Portugal e conseguiu fazer-se transportar até à zona republicana, tendo participado na frente de luta na Catalunha. Viria a ser um dos internados em Argelès-sur-Mer, indo posteriormente para o Brasil, onde se exilou (Pereira, 2013:272).

Escolhi três situações das 360 apuradas por Dionísio Pereira (2013), algumas das quais tratadas ao longo do seu livro, outras remetidas para os anexos em que dispõe o que conseguiu apurar. Quando o autor procurou um conjunto de investigadores portugueses, remetendo-lhes esta lista, não pretendia uma mera troca de dados entre cientistas que se dedicam ao mesmo. Considerava que estas mulheres e homens deviam ser homenageadas num lugar de fronteira entre Portugal e a Galiza. Assim sucederia.

Num ato público que decorreu em duas fases, primeiro em Ourense, depois em Monção, foram homenageados os portugueses assassinados pela repressão que se seguiu ao golpe de 1936, tendo participado nos dois momentos historiadores, antropólogos, professores de vários níveis do ensino, investigadores, vereadores de *concellos* galegos e portugueses, membros de associações que exumam e recuperam mortos da guerra civil, familiares dos que foram fusilados. É a investigação que apura estes nomes, entre um macabro conjunto ainda em aberto, sem escamotear quão provisórias são as certezas, pois os nomes e as vozes caladas abruptamente poderão ser mais. Foi a cidadania que entendeu resgatar estes mortos de uma amnésia que se prolongou demasiado. Não foram assassinados por serem portugueses, mas por serem republicanos, sindicalistas e anti-franquistas de matizes variados.

No dia 12 de Maio de 2012, em Monção, foi inaugurada uma lápide com 56 nomes de mulheres e homens portugueses mortos pelo franquismo na Galiza (foto). Os anfitriões institucionais – o reitor da Universidade do Minho e o

7 - Dionísio Pereira nota igualmente que alguns portugueses se aliaram à Falange e participaram em massacres (Pereira, 2013:106)

presidente da Câmara Municipal de Monção – respondiam assim à proposta que lhes foi feita por um conjunto de investigadores da Universidade do Minho, da Universidade Nova de Lisboa e do ISCTE-IUL nesse sentido. Este momento foi preparado a partir da referida investigação de Dionísio Pereira, no âmbito do projecto inter-universitário *Nomes e Voces*, dirigido por Lourenço Fernández Prieto, na Universidade de Santiago de Compostela, que reúne investigadores das outras duas universidades da Galiza, Vigo e Corunha. A homenagem decorreu em dois momentos e locais: um, carregado de emoção, junto à ponte internacional, onde foi descerrada uma placa com os 56 nomes dos portugueses mortos pelo franquismo cujo nome tinha sido apurado até ao momento. Depois de intervirem o presidente da Câmara de Monção, o reitor da Universidade do Minho e o historiador Fernando Rosas, foi lida pelo neto de uma das vítimas e por uma representante do movimento cívico «Não apaguem a memória» a lista completa dos nomes. O grupo de galeiros galegos «Os Concheiros» tocou o *Himno de Riego* – que de hino liberal, se tornaria a música da República espanhola - e o *Grândola Vila Morena*, a canção emblemática de José Afonso, associada à Revolução dos Cravos de 1974, em Portugal.



Foto 2: Placa inaugurada em Monção em Maio de 2012



Foto 3: Reintegracionistas galegos presentes no ato, em Monção

Descerrada a placa, vários pessoas faziam-se fotografar junto dela, com as feições comocionadas. Uns, sós, outros, em grupo, chamando-se entre si, pedindo que alguém os apanhasse num retrato em conjunto. Tinham um ar grave e emocionado. Eram os familiares galegos dos que foram mortos, grupos de irmãos idosos, sobrinhos, netos, bisnetos. Um dos irmãos sobreviventes da família Santiago, de Vilardevós, trouxe consigo a bandeira tricolor republicana de 12 metros que esteve enterrada quase 50 anos. Este homem pertence a uma família duramente reprimida, com vários mortos. Os irmãos e cunhados que se salvaram usaram a fronteira portuguesa. Estava comocionado depois de assistir à cerimónia, ao escutar o hino galego tocado por cavaquinhos e violas braguesas, e ouvir cantar um «romance» sobre a guerra civil de Espanha, recolhido no Brasil por elementos do grupo que atuou no final das cerimónias. A seguir, num espaço da Universidade do Minho, teve lugar um colóquio, em que intervieram Dionísio Pereira, Lourenço Fernández Prieto e eu própria.

mulher que cantava um tema, num momento em que tal não é esperável, causa um constrangimento. Porém, a senhora continuou, agora de forma grave. Contou a todo o auditório como, sendo muito pequena, na casa dos seus avós se acolhiam trabalhadores que construíam a ferrovia entre Ourense e Zamora. Uma manhã, acordou com um alvoroço inabitual, em casa e na aldeia: de noite tinham levado esses homens, mais outros da aldeia, de passeio. Este eufemismo, aparentemente tão amável, encobria em todo o Estado espanhol, nos primeiros anos do franquismo, a mais atroz realidade. Tinham sido mortos, depois de levados pelos sequestrados franquistas. Os vizinhos da aldeia galega já tinham encontrado alguns dos corpos. Quanto aos outros, só desconfiavam de um chão demasiado remexido, num ponto do termo da povoação, Campobecerros. Não a deixaram aproximar, por ser uma criança, mas jamais esqueceu a cantiga que lhe ensinaram enquanto a balançavam, em cavaleiro, nas pernas cruzadas, como se faz aos meninos. Embora não esquecendo, não pôde recordar em público por muitos anos.

Eram gente pobre, com a pobreza agravada por uma conjuntura péssima. Saíram de Portugal em busca de uma vida melhor, como o fizeram também tantas vezes os galegos, ao longo da história. Esta linha da fronteira tem muitas dessas histórias de cruzamento, fosse para ganhar a vida, ou para não a perder. Provinham de Portugal, tendo cruzado uma fronteira cuja permeabilidade fora testada e comprovada em múltiplos momentos da história. Sabemos que eram trabalhadores, que tinham emigrado para fugir à fome num sítio, procurando melhor vida.

Esta é uma de tantas memórias que foram longamente privatizadas, domesticadas, silenciadas, porque perigosas. Por esta memória fomos – eu e o historiador da Universidade do Porto, Manuel Loff – a Campobecerros e Portocamba, no concelho galego de Castrelo do Val, no dia 23 de Junho de 2012, homenagear três homens portugueses que em 1936 trabalhavam na construção do caminho-de-ferro naquele local. Também neste caso, não foram mortos por serem portugueses, mas por serem antifranquistas, num tempo em que havia que tomar posição e escolher um lado. Como num belo poema de Jorge de Sena, «Carta a meus filhos sobre os fuzilamentos de Goya», estes homens foram *fiéis à imensa honra de estar vivos*, de pensar, de trabalhar e de agir na construção de um mundo melhor, mais justo, mais igualitário.

Quando a placa foi inaugurada, num espaço de limiar entre Portocamba e Campobecerros, onde apareceu um dos corpos, o terceiro nome (ver foto) não tem apelido. O alcaide de Castrelo do Val e o presidente da Associação



Foto 4. A família de um dos mortos faz-se fotografar em frente da placa inaugurada em Monção.

Esta é a segunda parte de uma homenagem que também tivera lugar em 14 de Abril de 2012, em Ourense, organizada pela Asociación de Amigos da República, centrada nos portugueses fuzilados pelos franquistas. No âmbito dessa cerimónia, verificou-se que o belo monumento inaugurado há alguns anos no cemitério de S. Francisco fora vandalizado na noite anterior, num ataque em que apareceram inscrições no muro do cemitério em que eram encostados os republicanos a abater. Sendo embora pública, a memória também não é comum, consensual.

4. Os carrilanos portugueses em Campobecerros e Portocamba (Castrelo do Val)

Há alguns anos, em Vilardevós, um concelho que faz fronteira com Chaves e Vinhais, na fase de perguntas que se seguiu ao final de uma conferência que eu fizera sobre a repressão na raia, uma velha mulher galega interpelou-me: conheceria eu uma determinada canção portuguesa? Começou a trautear uma música popular, num português sem sotaque. Instalou-se na sala o incómodo inerente à peripécia fora de lugar. Uma

Cultural Os Carrilanos, com os dados recolhidos por Dionísio Pereira, prepararam um acto em que se descerrou uma lápide com os nomes dos três portugueses que ali foram mortos. Depois da cerimónia, um homem local disse que se lembrava do apelido, facilitando a Dionísio Pereira relocizá-lo entre os documentos. No dia 20 de Agosto de 1936 tinham sido levados de passeio Ramiro Mateus, António Ribeiro e José Maria Sena.



Foto 5: Placa inaugurada em Junho de 2012 entre Portocamba e Campobeceros (Castrelo do Val).

António Ribeiro, um dos portugueses mortos, vivia em Campobeceros e era «carrilano», ou seja, trabalhava na construção do caminho de ferro entre Zamora e Ourense (Pereira, 2013: 238-9). Não se sabe de que zona de Portugal provém, mas sim que era filiado no «Sindicato de Ofícios vários» da CNT de Campobeceros e militante do PCE. Terá sido processado à revelia em 27 de Novembro de 1936 por ter participado na resistência ao golpe, mas já fora então *passeado*, no dia 20 de Agosto de 1936, no Monte da Ladeira, em Portocamba, onde ainda hoje está enterrado, em campo aberto. Foi neste local que se após a placa evocativa, pois os outros dois mortos encontram-se numa vala que se situava no exterior do cemitério, mas que hoje está incorporada nele. José Maria Sena era natural de Mirandela e também vivia na aldeia. Tal como António, era «carrilano» e membro da CNT.

Foi processado no mesmo dia, à revelia, embora já tivesse sido *passeado* em 20 de Agosto de 1936 e enterrado numa vala comum, no exterior do cemitério. Ramiro Mateus também era *carrilano*, resistiu aos franquistas e foi *passeado* no mesmo dia no Monte da Ladeira, em Portocamba, no *concello* de Castrelo do Val, estando enterrado na mesma vala comum (Pereira, 2013: 238-9).

O último foco de oposição ao avanço dos golpistas na Galiza deveu-se aos *carrilanos*, que não só estavam organizados, como tinham armas e munições. Esta zona da Galiza, bem como A Mezquita, viriam a ser os últimos baluartes de resistência, logo nos primeiros dias de Agosto de 1936. Não lembrar estes mortos seria permanecer no que Giorgio Agamben denomina a *zona infame de irresponsabilidade* e permitir “a terrível, a indizível, a impensável *banalidade do mal*”, referida por Hanna Arendt. Inscreveram-se em pedra num ato emotivo, viu-se um filme de Xosé Lois Santiago, um cineasta militante que é natural de Castrelo do Val e que também já realizara um outro documentário sobre Cambedo da Raia, e houve uma refeição em comum, entre os vizinhos de Campobeceros e os visitantes



Foto 6: Elementos da Asociación Cultural «Os carrilanos», com a bandeira galega e a tricolor republicana.

5. Entre a memória e a esperança

Nostalgia de la Luz é um filme do cineasta chileno Patricio Guzmán que tem como cenário o deserto de Atacama. Ali, juntam-se os astrónomos à procura do que é infinitamente grande e distante, no tempo e no espaço; os arqueólogos, em busca do que está para trás, do que passámos para chegar ao que hoje somos, pois o local tem características que permitiram mumificar a matéria viva; algumas mulheres que procuram os seus mortos, cada vez em menor número, devido à contingência biológica. Os seus mortos são os desaparecidos da ditadura chilena. São as mães, as companheiras, as filhas, as irmãs dos detidos desaparecidos. Vemo-las com uma pequena pá na mão, a caminhar pelo deserto, em busca dos ossos dos seus, pois ali existiu um dos campos de concentração da ditadura de Pinochet. Enquanto outras circulam com a pequena pá, uma delas está sentada no deserto. Olha-nos e diz que lhe quiseram entregar a mandíbula de um dos seus. Não quer a mandíbula, quer os ossos todos, porque dentro dos ossos houve uma alma e não sabe como se pode fazer corresponder uma alma aos bocadinhos de osso que lhe entregaram. Esta mulher diz de si e de todas as outras que ali circulam, espectrais, que são *a lepra do Chile*. Muitas já morreram nesta busca, os anos passaram, e as que restam vão sendo como os pedaços que ainda têm de cair de uma memória que é indesejada. Os astrónomos e os arqueólogos consideram que este deserto tem as melhores condições para se saber o que fomos, nas poeiras do infinitamente grande, e que aquilo que existe é o resultado do que ficou para trás, de um processo, de que somos grãos de areia significativos. A Terra e as estrelas têm a sua própria memória, e tudo o que há no deserto e nos céus é puro passado. O presente não existe, afirma um jovem astrónomo no início do filme. É uma faixa estreita que uma jovem astrónoma tem de cruzar. Chama-se Valentina, um nome significativo, e diz que tem "um defeito de fábrica que é invisível": é filha de detidos desaparecidos e foi criada pelos seus avós, que perderam um filho e uma nora. Um arquiteto que esteve preso naquele campo de concentração, no deserto, desenha a sua cela de memória, depois de lhe ter fixado o tamanho e a forma com um bastão, medido a partir do seu corpo, que se tornou a dimensão de tudo. Ele é a memória, que segura e atende a sua mulher, vítima de Alzheimer.

A força tremenda deste filme de Patricio Guzmán está na continuidade, no processo, em escalas diversas. É preciso lembrar para esquecer, recordar

para ter esperança e dar sentido à vida. As cerimónias aqui abordadas centraram-se em memórias de pedra, que instituem lugares para lembrar o inominável, num tempo em que os que o poderiam faser vão desaparecendo. A instituição destes lugares permite sobretudo uma reflexão entre os vivos. Trata-se de superar o *drama social* associado a estas mortes, aos *mortos significativos*, que são mais do que eles, como no poema de Fernando Pessoa, e assim permitir a continuidade de uma sociedade. Em placas de pedra, com inscrições e com nomes, reelabora-se um espaço e um tempo, estabelecendo um diálogo com o mundo. Nos discursos e nos poemas lidos nas três ocasiões, transportava-se o passado para o futuro, e o lugar para o mundo. Como os guias do Hermitage numa situação limite, num *estado de exceção* no sentido dado por Giorgio Agamben, os que praticamos as ciências sociais e humanas, sabemos que a memória e a história nos armam contra o presentismo. Sabemos que no eixo do tempo, é preciso conhecer *para trás*, e viver e transformar *para a frente*, e que a sociedade precisa de uma memória que nos liberte, no sentido da esperança. É a partir desta realidade que reconhecemos em processo que encontraremos o sentido para interrogar os usos da memória, denegando o presente contínuo como uma condenação, porque o futuro existe. A ânsia de ultrapassar o trauma é a ânsia de comemorar.

Bibliografia

- CASANOVA, Julián, coord. (2002) *Morir, matar, sobrevivir – La violencia en la dictadura de Franco*, Barcelona, Crítica.
- GODINHO, Paula (2004c) “«Maquisards» ou «atracadores»? A propósito das revisões da História no caso de Cambedo da Raia, 1946”, AAVV, *O Cambedo da Raia – Solidariedade galego-portuguesa silenciada*, Ourense, Asociación Amigos da Republica, pp. 157-227; ISBN: 84-930299-2-0
- (2011) “*Oír o galo cantar dúas veces*” -Identificacións locais, culturas das marxes e construción de nacións na fronteira entre Portugal e Galicia, Ourense, Imprenta da Deputación (Prémio Xésus Taboada Chivite 2008, Galiza, Espanha); ISBN 978-84-92554-48-5.
- (2012a) “Usos da memória e prácticas do património, alguns trilhos e muitas perplexidades”, in Paula Godinho, coord. *Usos da Memória e Práticas do Património*, Lisboa, Colibri.
- (2012b) “Contextos da memória, lugares dessubstanciados e re-significação do passado: a fronteira como amenidade, insígnia e património”, in Paula Godinho, coord. *Usos da Memória e Práticas do Património*, Lisboa, Colibri.
- (2013) “*Anti-sepulcro* - Desprivatização de memórias, memória pública e contra hegemonias”, Posfácio a Dionísio Pereira, *A comunidade portuguesa na Galiza (1890-1940): emigrantes, exiliados e represaliados polo primeiro franquismo*, Santiago de Compostela, Através Editora.
- (2013) “Usos e direitos comuns, resistência e zonas de refúgio: os povos e os Estados na delimitação da fronteira entre Portugal e Espanha no séc. XIX” in José Neves (org.) *Da Economia Moral da Multidão à Arte de Não Ser Governado - E.P.Thompson e James C.Scott na Ibéria*, Casto Verde, 100Luz, pp. 19-37.
- LOFF, Manuel (2000) “Esquecimento, revisão da História e revolta da memória” in Iva Delgado et alii, orgs., *De Pinochet a Timor Lorosae. Impunidade e direito à memória*, Lisboa, Cosmos:189-199.
- (2008) “*O Nosso século É Fascista!*» O mundo visto por Salazar e Franco (1936-1945), Porto, Campo das Letras.
- NORA, P. (1986) “*Entre Mémoire et Histoire*” in Pierre Nora (dir.) *Les Lieux de Mémoire - La République I*, Paris, Gallimard, pp. X- XLII.
- PEREIRA, Dionísio (2013) *Emigrantes, exilados e perseguidos – A comunidade portuguesa na Galiza (1890-1940)*, Santiago de Compostela, Através.
- SARLO, Beatriz (2005)2012] *Tiempo pasado – cultura de la memoria y giro subjectivo, una discusión*, Buenos Aires Siglo Veintiuno editores.
- TRAVERSO, Enzo (2005) *Le passé, modes d'emploi - histoire, mémoire, politique*, Paris, La Fabrique Editions.
- TURNER, Victor (1967) *The Forest of Symbols: Aspects of Ndembu Ritual*, Nova Iorque, Cornell University Press.
- TURNER, Victor (1975) *Dramas, Fields, and Metaphors: Symbolic Action in Human Society*, Nova Iorque, Cornell University Press.
- TURNER, VICTOR (1987) *The Anthropology of Performance*, New York, PAJ.